

# **Mulheres e Eleições 2006 no Brasil: o difícil caminho de eleitoras a candidatas e eleitas**

## **Autoria**

Almira Rodrigues socióloga e pesquisadora do CFEMEA **Mês/Ano**  
outubro/2006

O presente estudo visa mapear e problematizar a participação de mulheres nas Eleições 2006 no Brasil para o preenchimento de cargos em âmbitos federal e estadual (Presidente da República, Governador/a de Estado e do Distrito Federal, Senador/a da República, Deputado/a Federal, Deputado/a Estadual e Distrital).

Esta análise constitui uma das ações do Projeto A participação política das Mulheres nas Eleições 2006, desenvolvido pelo CFEMEA, com o apoio da Embaixada da Finlândia.[1]

Sub-representação política das mulheres: uma realidade mundial

É importante destacar que o cenário da sub-representação política das mulheres é mundial, com média de 16,8% de mulheres nas Câmaras dos Deputados ou Câmara Baixa no conjunto dos países que têm Poder Legislativo. Embora essa realidade atinja quase todos os países, o Brasil ocupa uma das piores posições no ranking.

Segundo a Inter-Parliamentary Union, em uma classificação de 189 países, apenas 20 apresentam mais de 30% de mulheres no parlamento, percentual esse considerado como uma minoria influente. Em termos regionais, apenas os países Nórdicos apresentam 40% de mulheres nos parlamentos. O Brasil ocupa a 102ª posição, situado em último lugar na América do Sul e melhor posicionado na América Latina apenas em relação aos países da Guatemala (105ª) e Haiti (129ª) [2].

A preocupação com a mudança desse cenário também é mundial e pode ser expressa no fato de que 98 países adotaram legislação de cotas por sexo ou para mulheres. A informação é do projeto Global Database of Quotas for Women, desenvolvido pelo IDEA – Internacional Institute for Democracy and Electoral Assistance e a Universidade de Estocolmo que classifica essas legislações segundo tipo (constitucional, eleitoral ou partidária) [3].

Mulheres e Eleições 2006: a difícil ampliação da participação feminina

A participação das mulheres nas Eleições 2006 continua pequena; não se ampliou significativamente em relação às Eleições 2002 e parece mesmo enfrentar maiores dificuldades [4]. Segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), são 125.913.479 eleitores/as, sendo 51,53% de mulheres e 20,42% de jovens (16 a 24 anos). As mulheres somam quatro milhões de votos a mais em todo o País. Ainda de acordo com o Tribunal, são mais de 18 mil candidatos/as oriundos de 29 partidos políticos.

#### Âmbito Executivo

Nestas eleições, foram duas as candidatas à Presidência da República em um total de sete candidaturas: Ana Maria Teixeira Rangel (PRP) e Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho (Coligação Frente de Esquerda). Nas Eleições de 2002, não houve nenhuma candidatura feminina. Em 1998, houve uma mulher candidata sem maior expressão de votos.

As candidatas aos Governos Estaduais em todo o País somaram 26, o que representa 12,68% do total de candidaturas. Verifica-se um pequeno aumento em relação às Eleições de 2002, que registrou um total de 9,85%, sendo eleitas duas governadoras. Os maiores percentuais de candidaturas, nestas eleições, encontram-se nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste.

Em nove unidades da Federação não houve nenhuma candidatura feminina ao Governo: Acre, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. O Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Piauí, apresentaram mais de 20% de candidatas mulheres. Em termos partidários, o PRTB, PCO, PSTU, PT, PRP e PPS somam mais de 20% de candidaturas a este cargo em todo o País.

#### Âmbito Legislativo

As candidatas ao Senado Federal foram em número de 35, o que representa 15,91% do total de candidaturas. Para esse cargo, constatou-se o maior aumento em relação às Eleições de 2002, quando o percentual de candidaturas femininas foi de 11,91%, sendo então eleitas oito senadoras.

Duas regiões se destacaram, com mais de 20% de candidaturas femininas ao Senado, Norte e Sul, exatamente as duas com o pior desempenho em termos de candidaturas de mulheres para o cargo de governadora. Em oito unidades da Federação não houve nenhuma candidatura feminina ao Senado: Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Paraíba, Piauí, Rondônia.

Os Estados do Pará, Amapá, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte apresentaram mais de 25% de candidaturas femininas ao Senado. Em termos partidários, destacam-se o PRB, PP, PTC, PSOL, PSTU, PHS, PCdoB, PPS, PDT, PRB, com mais de 25% de candidaturas em todo o País. São partidos pequenos, do espectro tanto da chamada esquerda como direita.

O maior aumento da participação de mulheres verificado para os cargos majoritários (Governo e Senado Federal) sustentou-se, em grande parte, em candidaturas de mulheres apresentadas pelos pequenos partidos: PSOL, PSTU, PCO. Os maiores partidos apresentaram poucas candidaturas majoritárias.

As candidaturas de mulheres à Câmara dos Deputados totalizaram 652, o que representa 12,66% do total. O aumento em relação às Eleições de 2002 foi de apenas 1%, dado que nessas eleições, as candidaturas somaram 11,52%, tendo sido eleitas 42 deputadas em todo o País.

As regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste apresentaram os maiores percentuais de candidaturas de mulheres à Câmara dos Deputados. Apenas quatro Estados se destacaram, com mais de 20%: Sergipe, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo. Em termos partidários, verifica-se uma maior homogeneidade na participação de mulheres, com destaque para o PCdoB e o PRONA, com respectivamente, 23,61% e 19,85%.

Já as candidaturas de mulheres às Assembleias e Câmara Legislativas somaram 1.784, o que representa 14,22%. Para esse cargo houve uma redução de candidaturas de mulheres, em termos relativos e absolutos, o que nos parece bastante grave. Nas Eleições de 2002, as candidaturas de mulheres somaram 14,84%, tendo sido eleitas 133 deputadas estaduais e distritais em todo o País.

Para esse nível, as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram os maiores percentuais de candidaturas de mulheres. O maior destaque foi o Distrito Federal, com 20,81%. Em termos partidários, sobressaem o PSTU e o PRB, com, respectivamente, 23,88% e 20,34% de candidaturas femininas.

Esse fenômeno da redução de candidaturas pode estar significando uma profissionalização e elitização das campanhas eleitorais já nesse nível local, e conseqüentemente, um cenário bem adverso à entrada de mulheres, e provavelmente de outros segmentos sociais, também sub-representados na política representativa, como negros/as e jovens.

Candidaturas e eleições de mulheres: um duplo desafio